

As Relações entre Portugal e os Estados Unidos da América*

Rui Chancerelle de Machete

Presidente do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Resumo

Apesar de Portugal ser membro da União Europeia, continua a ter justificção uma análise bilateral das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América. Nessa análise espectral, para além do “hard power”, o “soft power” constitui uma perspectiva igualmente importante sobretudo se considerarmos, para além do Estado, o papel das instituições componentes da sociedade civil, e das próprias pessoas singulares. A língua e a cultura de língua portuguesa constituem dois dos mais relevantes elementos do “soft power” da Nação portuguesa. O seu impacto estende-se muito para além da cultura “stricto sensu”, abrangendo também o domínio económico.

Abstract

Although Portugal has been a member of the European Union for quite some time, a bilateral analysis of relations between Portugal and the United States is always justified. Under such an analysis, beyond looking at “hard power”, it is equally important to examine “soft power” mainly if we consider the role played by the institutions comprising civil society, and by people as individuals. The language and culture of the Portuguese language are among the most relevant elements of “soft power” of the Portuguese Nation. Their impacts spread far beyond culture in a narrow sense, and extend into the economic field as well.

* Comunicação apresentado no Instituto da Defesa Nacional, Lisboa em 13 de Dezembro de 2005 por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2005/2006.

1. Considerações Preliminares

Portugal é um pequeno país, de dez milhões de habitantes, com diminutos recursos económicos e modesta capacidade militar. Os Estados Unidos são hoje a única superpotência existente, depois do colapso da União Soviética. Hubert Vedrine, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros francês, qualificou mesmo a Nação americana, de um modo um pouco malévolo, como “hiperpotência”.

Cabe, por isso, interrogarmo-nos, e talvez a pergunta seja um pouco desagradável para as nossas susceptibilidades, se se justifica analisar o tema, pressupondo irrealisticamente que os dois sujeitos da relação ou relações tenham estatutos e ordem de grandeza comparáveis, ou se será antes preferível, por mais profícuo, estudar a matéria apenas no âmbito geral das relações entre a União Europeia e os Estados Unidos e, no domínio mais restrito das questões da defesa, fazer o exame dos poderes europeu e americano no seio da NATO.

Debruçar-nos-íamos, assim, apenas sobre, de um lado, as relações euroatlânticas e as suas consequências sobre o Estado-membro Portugal, e do outro, sobre o papel que o nosso País assume no seio da União Europeia e da NATO e sobre o modo como se desenvolvem e devem evoluir essas relações. A matéria sobranse seriam minúcias consulares sem grande relevo.

A esta segunda alternativa a resposta terá de ser rotundamente negativa. E deve sê-lo não apenas pela razão comezinha de que a política externa europeia, como uma realidade autónoma, ainda não existe e de que a perspectiva NATO, mesmo em questões de defesa, é demasiado restrita para permitir abarcar toda a problemática que nesta matéria interessa ao relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos.

É que, na verdade, se a óptica referida é certamente merecedora de atenção, mesmo no estado actual da evolução da União Europeia, ela não abrange grande parte da política externa portuguesa, incluindo a das nossas relações com os Estados Unidos, reciprocamente o mesmo acontecendo do lado americano. A questão, dada a desproporção entre os dois países a que antes aludimos, reveste menos importância para os americanos, mas releva certamente muito para nós.

Mas, acresce que o paradigma das relações entre Estados soberanos, juridicamente considerados como iguais, não é a única óptica por que hoje se observa a vida internacional. Na necessidade de melhor compreender os novos aspectos da internacionalização de múltiplos sectores não apenas dos aparelhos administrativos e dos governos dos Estados, mas também de diversos sectores da sociedade civil, surgiu um novo

paradigma, que levanta o véu da personalidade do Estado para olhar a realidade sociológica que existe para além dela.

Esta metodologia que permite ver, por detrás do Estado, as pessoas, as suas associações empresariais ou de fim desinteressado, capta as relações internacionais na riqueza da sua diversidade, sem necessariamente as reconduzir sempre à lente deformadora do poder público. Aí não se nota com tanta intensidade a força do *hard power*, pois que nos encontramos na ambiência apropriada para o exercício de persuasão e influência típicos do *soft power*, para usarmos os conceitos operacionais de Joseph Nye¹. No mundo das redes de relações mais ou menos institucionalizadas, o poder *soft* convence, ganha adesões, mas não obriga pela ameaça ou exercício da coacção. O *soft power* continua, contudo, a ser poder.

Compreende-se facilmente que a análise das relações entre Portugal e os Estados Unidos sob a óptica das ligações sociedade civil a sociedade civil, ganhe uma outra dimensão e riqueza maior do que a simples consideração dos vínculos Estado a Estado. Entender-se-á também que possibilite uma noção mais exacta da capacidade dos portugueses como nação – utilizemos esta expressão para simplificar –, pois que as nossas virtualidades para influenciar e cooperar em projectos comuns podem ser melhor desenvolvidas e aproveitadas sem as delimitações económicas e militares do *hard power*.

Dedicaremos a nossa atenção nesta intervenção preferentemente à análise feita segundo esta última perspectiva, embora não possa deixar de abordar-se, também, as duas primeiras. Qualquer destas ópticas não deve fazer-nos esquecer, porém, que a realidade é una e que, por isso mesmo, as diversas perspectivas estão profundamente interrelacionadas.

Há ainda que referir que, supondo interpretar correctamente a intenção do honroso convite que nos foi feito, para além da descrição científica do *status quo*, procuraremos alinhar algumas considerações sobre o que se nos afigura politicamente desejável para Portugal nesta matéria. Ao exame do fáctico acrescenta-se o normativo que se julga exequível e se pretende que venha a concretizar-se.

Começaremos a exposição pelas relações euroatlânticas.

1 “Bound to Lead: The Changing Nature of American Power”, Nova Iorque, 1990, pág. 188-201.

2. As Relações Euroatlânticas

Pressuposto para entender as relações euroatlânticas e a orientação do seu dever a curto e médio prazos, é identificar as opções estratégicas fundamentais da América, uma vez que como actor detém a supremacia e a iniciativa.

Passamos a enumerá-las rapidamente:

A primeira e mais importante reporta-se à atitude sobre o uso da força e sobre o unilateralismo ou a concordância com que são tomadas as decisões básicas a ela respeitantes. Continuará a inspiração da Casa Branca e do Congresso a vir de Marte, o que justificará entre outras coisas a guerra preventiva e o privilegiar a intervenção militar à diplomacia, ou vai, antes, contemporizar-se com Minerva, e, até em alguns casos, com a dialogante Vénus?²

Em termos menos mitológicos, no futuro as decisões americanas em matérias de segurança, de guerra ou de paz, tomam em conta a Carta das Nações Unidas, para não dizer que se submetem de modo estrito aos seus preceitos, ou seguem o caminho essencialmente solitário do unilateralismo?

Segundo grande tema de escolha estratégica, aliás relacionado com o primeiro: qual a posição fundamental a assumir perante o Islão e os países islâmicos, em particular os árabes? Dar prevalência ao diálogo, ou preferir o *clash of civilizations*?

Terceiro sector, onde das opções tomadas decorrem consequências decisivas: reconhecimento de uma solidariedade em matérias ambiental, climática e energética imposta pela natureza das coisas, que implica mudanças custosas e restrições ou a excepção do mais poderoso?

Finalmente, que escolhas fazer face à explosão demográfica, à luta contra a pobreza, com todas as suas implicações no domínio da ajuda ao desenvolvimento, da saúde, das migrações e *last but not the least*, do próprio terrorismo?

Destas definições estratégicas decorrem consequências da maior importância nas relações com os países asiáticos a caminho do estatuto de grande potência, como a China e um pouco mais atrás a Índia, ou com a Rússia, superpotência decaída, mas ainda com enorme influência. Condiciona também a evolução do conflito do Médio

2 Os trabalhos de Robert Kagan, "Of Paradise and Power - America and Europe in the New World Order", Nova Iorque, 2003 e de Richard N. Haass, "The Opportunity - America's Moment to Alter History's Course", Nova Iorque, 2005, representam bem os dois termos da alternativa. É interessante a comparação com a perspectiva de um europeu esclarecido e atlantista, como Helmut Schmidt, "Die Maechte der Zukunft", Munique, 2004, pág. 100 e segs.

Oriente e a luta contra o terrorismo internacional, bem como contra a disseminação de armas de destruição maciça. É também factor de primordial relevo no comércio internacional e na ajuda à criação de condições necessárias a um desenvolvimento sustentado, etc. O rol das políticas em larga medida dependentes ou condicionadas pelas opções estratégicas americanas poderia continuar a ser enunciado por largos minutos ainda.

Quanto à Europa, a alternativa fundamental é a de saber se, face aos Estados Unidos, o parâmetro adequado é de *Partners and Equals* ou o de “Suserano e Vassalo”: a acentuação de um outro faz-se sentir mais imediatamente na Aliança Atlântica, que pelas suas características se torna facilmente permeável a uma instrumentalização a favor de um controlo americano, enquanto, no que concerne à União Europeia, a opção se traduz em medidas favoráveis à sua desagregação ou, pelo contrário, em acções que reforcem e ajudem o avanço na integração.

Do lado europeu oscila-se entre o desejo de cooperação mantendo a autonomia desejável e possível – caso do Reino Unido – e a posição céptica de princípio, dificultando o trabalho conjunto, se não mesmo um anti-americanismo ressentido, como tem acontecido com a França e até a Alemanha³. Mas, na actual crise que se vive na Europa, depois do falhanço da Constituição Europeia e na perspectiva de grandes transformações do modelo, hoje insustentável, do Estado Social, a atitude é mais reactiva e de expectativa do que a de propor iniciativas que tentem rasgar novos caminhos de cooperação.

O segundo mandato do Presidente Bush inicia uma viragem no sentido de abandonar os triunfalismos arrogantes tão característicos da fase inicial do neoconservadorismo no poder, tão bem traduzido no célebre estudo de Kagan “Of Paradise and Power”, em benefício de uma atitude menos unilateral e mais dialogante que em conjunção com o contributo europeu, aproveite as oportunidades e os desafios para alterar o curso da história recente.

Condoleezza Rice tem sido a face visível desse novo posicionamento, reflectido tanto na NATO como nas novas posições defendidas no espectro mais alargado dos problemas discutidos com a União Europeia.

Portugal, como Estado Membro da União Europeia, deve claramente empenhar-se – e tem-se empenhado – em que o Velho Continente seja receptivo à nova postura

³ Consultar, a propósito, os resultados do “Transatlantic Trends Survey” de 2005, um projecto do German Marshall Fund e da Compagnia di San Paolo, apoiado pela Fundação Luso-Americana, à data disponível em www.transatlantictrends.org.

americana, de modo a que progressivamente sejam apagadas as graves sequelas das divergências causadas pela segunda guerra do Iraque.

Na NATO há que forcejar para que a Organização alargue a sua área de intervenção a África, no que concerne a operações de manutenção da paz e do reforço do papel próprio dos Estados da região, procurando conseguir a erradicação das guerras privadas do banditismo militarizado e da anarquia.

A política portuguesa pretenderá decerto conseguir que as acções a desenvolver sejam concertadas com os países africanos de expressão oficial portuguesa no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP.

Finalmente e sobretudo requer-se um sério empenhamento na afirmação e aprofundamento dos valores comuns que constituem o ocidente numa realidade própria a um tempo cultural, económica e política.

Muitas são as incógnitas mas existem sinais de esperança de que a oportunidade não será perdida - como escreve Richard Haass em livro recente -, nem pela Europa, nem pelos Estados Unidos.

3. As Relações Bilaterais

No que se reporta às relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos, a ausência de conflitos ou de problemas de monta, autoriza a que os esforços se concentrem em matérias novas e de grande alcance, o que não significa descurar os negócios correntes. O Acordo de Cooperação e Defesa deve ser mais abrangente e eficaz, para se tornar a verdadeira trave mestra dessa cooperação.

O recrudescimento do interesse dos Estados Unidos pelo Continente Africano, a que já de algum modo aludimos a propósito da NATO, constitui o grande ensejo para que Portugal ganhe novo protagonismo. Refiro-me obviamente à África Subsaariana, embora não devam ser olvidados os países do Magreb, e mais em geral, os Estados africanos do mediterrâneo ocidental.

Abrem-se perspectivas que necessitam ser, primeiro, objecto de reflexão e, depois, de acções conjuntas de apoio ao desenvolvimento em geral, sobretudo nos países africanos de expressão oficial portuguesa, e, com maior incidência, nos campos da saúde, educação e infraestruturas básicas.

Importa desenvolver o trilateralismo das iniciativas, hoje ainda muito incipiente, em que, à preponderância de meios financeiros e técnicos americanos há que contrapor,

do lado português, sempre no esforço conjugado de atingir objectivos comuns, a língua e o conhecimento do meio natural e humano de portugueses e africanos, e ainda a vontade política dos países recipientes.

A NATO poderá, no âmbito dos seus propósitos de alargamento a África das suas acções preventivas e de sanação de conflitos, ser complementada por esforços conjugados bilaterais, tendentes à formação e treino das forças militares dos países da área. O Acordo de Cooperação e Defesa deve ser estendido a essas novas áreas.

A CPLP, insiste-se, porém, agora em termos predominantemente bilaterais, deverá ser chamada a desempenhar um papel mais activo, como lugar de diálogo e instrumento de concatenação de esforços, de modo a projectá-la para o nível de uma organização internacional respeitada e funcionalmente importante.

No Mediterrâneo ocidental, a cooperação luso-americana não possuirá certamente a mesma intensidade e relevância. As questões migratória e de segurança exigem porém que se aproveitem, do lado português, as predisposições existentes nos países da região para utilizar novas vias de acesso à Europa e também aos Estados Unidos diferentes das habitualmente trilhadas. A trilateralização de diversos projectos será assim um caminho viável⁴.

Num e noutro caso, não se trata de agir contra ou em detrimento da União Europeia. Pretende-se apenas ir mais além e aproveitar especificidades portuguesas que, em termos de Europa e em última análise, significam não uma subtracção, mas antes uma adição de oportunidades e resultados.

Do outro lado do Atlântico, agora a Sul, há também trilateralismos a estabelecer. Tendo em conta a comunidade linguística, a história e os laços que continuam a unir-nos ao Brasil, importa ajudar a desenhar uma política de cooperação entre a América do Sul e a América do Norte. Afastar ou, pelo menos, mitigar muitas das nuvens que habitualmente se acastelam sobre a região, será, certamente, tarefa útil. Afinal não seria mais do que operacionalizar a CPLP na sua zona mais importante, a dos vínculos entre Portugal e o Brasil, procurando encontrar contactos e meios de cooperação trilaterais com o grande vizinho da América do Norte. Aí todavia poderá dizer-se quase tudo se encontra por fazer.

4 O “North Africa Leaders Forum”, que reuniu na Fundação Luso-Americana em 7 de Dezembro de 2005, revelou quão promissora é a via da cooperação política, económica e cultural com os países da orla Sul do Mediterrâneo, e, em especial, com os do Magrebe.

4. A Cooperação de Sociedade Civil a Sociedade Civil

Chegamos ao último ponto que nos propusemos abordar: à construção e interacção das redes internacionais de cooperação das sociedades civis dos dois países, e também das próprias instituições públicas agindo no exercício da autonomia de que gozam. Aqui, como dissemos, os actores a considerar como sujeitos de relações bilaterais não são os Estados, como pessoas colectivas unitárias, nem os seus órgãos, mas os indivíduos, as empresas, as associações e fundações, as universidades e toda a miríade de entidades que compõem a sociedade civil, a que crescem institutos públicos, autarquias, regiões, etc.⁵.

Não há que desdenhar este ponto de vista favorável ao exercício do *soft power* relegando desdenhosamente esta teia de contactos e de laços para o instrumental dos frácos e considerando apenas relevantes os vínculos entre as potências baseados na força bélica ou nos recursos financeiros públicos. Pelo contrário, com o aumento de densidade e de complexidade da vida internacional e transnacional – de que a globalização é simultaneamente uma prova e um modo específico de encarar a realidade –, aparece cada vez com maior evidência que a concepção do direito internacional e da sociedade internacional, baseadas na soberania dos Estados como únicos sujeitos actuantes, representa uma interpretação em muitos pontos claudicante da realidade que tem por objecto.

Num período em que a soberania e o próprio Estado são entidades recessivas, não é indiferente para uma sociedade política como a portuguesa e tendo em atenção o contexto político-internacional em que se movimenta, lançar mão de instrumentos teóricos que iluminem aspectos importantes das suas vantagens.

5. Os Temas e Redes a Considerar em Concreto

Tendo em conta que o objecto de intervenção se circunscreve às nossas relações com os Estados Unidos, mencionaremos como temas principais, a língua portuguesa

5 O interessante livro de Anne-Marie Slaughter, “A New World Order”, Princeton, 2004, sobrevaloriza as instituições administrativas e mesmo políticas. Pelo contrário, a perspectiva das redes e do “*soft power*” só oferece verdadeiro interesse numa óptica que, no plano interno, abandone as clássicas construções de Gerber e Jellinek e, no plano internacional, considere as pessoas singulares e os grupos como actores normais, e não como excepções aos Estados, as únicas que seriam possuidoras de uma legitimidade natural por serem sujeitos de relações internacionais.

e a cultura da língua portuguesa, a cooperação científica e tecnológica, a economia e ainda o progresso e elevação do estatuto das comunidades portuguesas e dos luso-americanos nos EUA. Teremos de abordar as diferentes questões, *brevitatis causa*, por forma sucinta, pese muito embora a grande importância de todas elas.

A língua constitui não apenas o meio por excelência de comunicação entre os homens, mas o próprio meio como se estrutura e desenvolve a personalidade. A ela se articula uma cultura que a tem como veículo central da sua estruturação orgânica e do seu crescimento e afirmação.

Recentes investigações sobre a história das línguas e as considerações da sua dinâmica revelam quão variados são os factos que ditam o prestígio e o êxito das línguas ou o seu declínio e perecimento. Exploram as interconexões entre a língua, a demografia, o comércio, o desenvolvimento económico e o progresso científico. A sociolinguística procura explicar também as relações entre a língua, a cultura e o poder, *soft and hard*. No livro admirável que escreveu sobre a história mundial das línguas, “Empires of the Word”, Nicholas Ostler procura compreender as razões do sucesso das vinte línguas mais faladas no mundo⁶. Entre as dez primeiras, inclui-se o Português, na quarta posição entre as europeias, a seguir ao Inglês, o Espanhol e o Russo. Ostler faz também juízos de prognose para os próximos cinquenta anos e o Português – apesar da relativa desatenção dos falantes e dos respectivos Estados – não está mal situado.

Os Estados Unidos, goste-se ou não, são hoje o palco do mundo para muitas batalhas, incluindo as travadas no campo cultural em sentido lato. Existem dois milhões de portugueses, brasileiros e cabo-verdianos residentes no nosso vizinho do outro lado do Atlântico.

Impõe-se uma política consequente que não abandone aqueles que falam o Português por o terem aprendido com os pais, mas tenha também em atenção os que procuram o Português como segunda língua, por razões profissionais, científicas ou culturais. É uma tarefa complexa que requer estudo e também acção rápida e que tem de visar o ensino americano ao nível primário e secundário, mas também o universitário. Requer-se a conjugação de esforços dos países da CPLP e a exploração das possibili-

6 “Empires of the Word – A Language History of the World”, Nova Iorque, 2005, pág. 380 e segs. e pág. 523 e segs. Sobre a política da língua, merecem particular atenção as considerações de Vasco Graça Moura “Sobre a língua portuguesa e algumas políticas para ela”, in “Lusitana Praia”, Porto, 2004, pág. 97 e segs; veja-se, também, o trabalho de Victor Marques dos Santos, “Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa”, in “Negócios Estrangeiros”, nº 8, Julho de 2005, com longa bibliografia.

dades financeiras e institucionais oferecidas pela legislação dos Estados federados americanos que protegem as minorias culturais e o ensino das línguas estrangeiras e também a preocupação estratégica de Washington. O Português foi considerado uma língua de importância estratégica para a bagagem das Forças Armadas americanas. Exige a preparação de livros escolares e de professores a todos os níveis, primário, secundário e universitário. A política de promoção do conhecimento, e a tradução para Inglês de livros basilares da nossa cultura não pode ser descurada.

O Instituto Camões deu os primeiros passos, ao abandonar a prioridade das culturas latinas na prossecução da defesa da nossa língua e cultura. Mas, temos de convir que, se se coteja a actividade do Instituto Camões com as acções desencadeadas pelos institutos similares de Espanha, França, Itália ou Estados Unidos, nos encontramos ainda numa fase incipiente e modestíssima.

As dificuldades experimentadas com o College Board para introduzir o Português entre os exames de admissão universitária dos *Scholastic Assessment Tests* (SAT), é uma boa prova de subalternidade da nossa língua na América, em confronto não apenas com o Espanhol, o Francês ou o Alemão, mas com o Japonês, o Coreano ou o Hebraico.

Porventura, a convicção de que a promoção da nossa economia nos Estados Unidos, ou a atracção do investimento americano por Portugal não vingarão sem que a nossa cultura seja mais conhecida na grande Nação americana, ajudará a corrigir a miopia. Não é fazendo discursos grandiloquentes sobre a grandeza da língua de Camões e Pessoa que se muda o *status quo*. Este só se altera com uma decisão estratégica assente no conhecimento da realidade sobre a concorrência das línguas e na exequibilidade das políticas de divulgação e ensino do Português. Sem essa política, a difusão da nossa cultura será sempre subalternizada a outras culturas com línguas animadas por políticas de difusão mais dinâmicas. A colaboração estreita entre portugueses, brasileiros e restantes povos da CPLP e também com entidades americanas é igualmente um imperativo necessário.

Quanto à América, há que reconhecer que o conhecimento da sua cultura pelos portugueses é escasso, resumindo-se, para largas camadas da população portuguesa ao conteúdo das produções fílmicas e televisivas de Hollywood e a certos aspectos mais populares ou que se afiguram extravagantes da “american way of life”. É muito pouco para compreender a complexa realidade dos Estados Unidos e da sua sociedade e cultura. Muito nesse campo, há assim a fazer.

No campo da cooperação científica e técnica, o conhecimento do rico e diversificado complexo universitário e de institutos de investigação americanos, oferece múltiplas possibilidades de cooperação entre aquelas entidades e as suas congéneres portu-

guesas, até para benefício mútuo. Do lado português, abre perspectivas de avanço científico e tecnológico apreciáveis, acrescentando significativamente à panóplia de oportunidades oferecida pelas instituições europeias. Mas, também do lado americano, não é despreciando o contacto com alguns centros de excelência portugueses, que estão situados na Europa e não criam os obstáculos à cooperação transatlântica que, por vezes, surgem noutros membros da União. A triangulação por via portuguesa constitui assim um caminho interessante. Igualmente aqui, há que multiplicar esforços e alargar a acção do Acordo de Cooperação e Defesa. Parte importante do nosso actual esforço de inovação e de desenvolvimento tecnológico passa pela intensificação da cooperação com os Estados Unidos nos capítulos da ciência pura e da aplicada.

No domínio económico, é reconhecida a imbricação entre os sistemas europeu e americano, bem sublinhado por Joseph Quinlan em artigo recente⁷.

As nossas trocas comerciais com os Estados Unidos são, porém, muito modestas e o investimento americano e o turismo reduzidos. Dada a desproporção entre os dois países, um aumento de 1% do comércio externo americano com Portugal poderia contribuir decisivamente para mudar a presente conjuntura económica do nosso país. Compreende-se por isso a importância de que se revestem ou deveriam revestir-se as relações económicas entre Portugal e os Estados Unidos. Tem-se, porém, dedicado pouca atenção à matéria por parte dos poderes públicos. Do mesmo modo, os investimentos nas acções, que permitiriam a mudança, são escassos.

A visibilidade de Portugal e dos produtos portugueses nos Estados Unidos é pequena, o que dificulta em muito o crescimento dos intercâmbios de pessoas e de mercadorias e também não predispõe a que as firmas americanas pensem em Portugal, quando realizam os seus investimentos na Europa. O exemplo da promoção da Espanha deveria inspirar-nos em muitos sectores. Mas importaria sobretudo não esquecer que cultura e economia se encontram profundamente entrelaçadas.

Para além da difusão da imagem de modo a aumentar a visibilidade do país, conviria não esquecer o importante papel que podem desempenhar as câmaras de comércio luso-americanas implantadas, não apenas em Nova Iorque, mas na Nova Inglaterra e na Califórnia, cuja rede conviria ser reforçada. Também do lado americano seria útil que se melhorasse o conhecimento das condições em que as firmas

7 "Drifting Apart or Growing Together? The Primacy of the Transatlantic Economy", Center for Transatlantic Relations, Washington, 2003.

portuguesas podem actuar nos Estados Unidos e das vantagens em poder investir em Portugal, em particular como via de acesso à Europa continental e até à África ao sul do Saara.

Quanto às comunidades portuguesas nos Estados Unidos, dois vectores principais devem merecer a nossa atenção: a necessidade de que os portugueses se tornem bi-nacionais, se inscrevam no recenseamento e votem nas eleições americanas, e a necessidade imperiosa que os emigrantes invistam na educação dos seus filhos. Uma e outra são condições imprescindíveis para firmar o prestígio e a influência das comunidades portuguesas na América⁸.

6. Em Conclusão

Passámos em revista de modo apenas enunciativo ou sintético alguns dos aspectos que reputamos mais relevantes do estado actual e das perspectivas no futuro próximo, das relações luso-americanas. Podemos, a terminar, concluir que elas representam, para os dois países, oportunidades importantes de contribuir para uma ordem internacional mais segura e justa, com incidência particular em algumas áreas do globo que têm sido permanentemente muito esquecidas. Há, todavia, para isso que fazer um esforço de reflexão e estudo e, particularmente, de ter a vontade política de um e outro lado do Atlântico para levar de vencida os inevitáveis obstáculos que sempre surgem.

8 A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento tem vindo a desenvolver a esse respeito dois projectos, de que se esperam resultados importantes, quanto às comunidades portuguesas: o *Portuguese American Citizenship Project*, que visa conseguir que os portugueses há muito radicados nos EUA adquiram nacionalidade americana sem perder a portuguesa, se inscrevam no recenseamento e exerçam o direito de voto nas eleições americanas, a nível federal, estadual e municipal; e a *Portuguese Language Initiative (PLI)*, que pretende aumentar o número de estudantes da língua portuguesa nos níveis primário, secundário e universitário. Existe ainda um programa importante no sentido de aumentar nas universidades o número de departamentos que incluem o português e a cultura portuguesa no elenco dos seus estudos.